



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS.
CURSO SUPERIOR EM GESTÃO PÚBLICA

EVERALDO PEREIRA SUZART JÚNIOR

PROJETO

CASA UNIVERSITÁRIA: UMA PERSPECTIVA PARA O AVANÇO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE
CONCEIÇÃO DA FEIRA

CACHOEIRA - BAHIA

2022

EVERALDO PEREIRA SUZART JÚNIOR

PROJETO

CASA UNIVERSITÁRIA: UMA PERSPECTIVA PARA O AVANÇO DAS POLÍTICAS
PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR NO MUNICÍPIO DE
CONCEIÇÃO DA FEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado pelo aluno Everaldo Pereira Suzart Júnior, com requisito de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Tecnólogo em gestão Pública, conferido pelo Centro de Artes, humanidades e Letras da Universidade Federal do recôncavo da Bahia, sob orientação da Prof^a Daniela Abreu Matos.

CACHOEIRA- BAHIA
2022

EVERALDO PEREIRA SUZART JÚNIOR

**CASA UNIVERSITÁRIA: UMA PERSPECTIVA PARA O AVANÇO DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS DE PERMANÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR NO
MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DA FEIRA-BAHIA.**

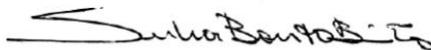
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Aprovado em 14 de dezembro de 2022.



Lys Maria Vinhaes Dantas

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Siélia Barreto Brito

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Daniela Abreu de Matos

Professora Orientadora
Doutora em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO _____	5
2. INTRODUÇÃO _____	8
3. DIAGNÓSTICO _____	12
4. PROPOSTA DA CASA UNIVERSITÁRIA _____	17
5. MARCO LÓGICO _____	21
6. CRONOGRAMA _____	24
7. ORÇAMENTO _____	27
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS _____	29

Fonte: D'Leon mapas municipais e materiais didáticos (2014)

Fugindo dessa estatística, uma vez que sou servidor municipal, cumpria minhas funções laborais 8 horas por dia e estudava no turno noturno, o que hipoteticamente poderia ser uma questão que dificultasse o meu processo enquanto estudante. Com o decorrer do tempo, percebi que esse seria o menor dos meus problemas, uma vez que apesar de residir em um município que pode ser considerado referência com relação à oferta de transporte estudantil para várias instituições de ensino da região, não consegui o acesso, pois o transporte foi idealizado para estudantes que pudessem embarcar e desembarcar no centro da cidade, o que era impossível para mim mesmo morando a 4 km de distância da sede do município e o transporte passando a aproximadamente a 2 km do povoado onde resido.

Vale salientar que em 2013, o então prefeito de Conceição da Feira, Raimundo Bastos sancionou uma lei municipal em que assegurava o transporte gratuito aos estudantes universitários, ação bastante comemorada à época porque significa um avanço considerável, já que facilitaria o acesso dos estudantes de diversas classes nas instituições de ensino superior. Porém, com passar dos anos observamos que essa política não vem atendendo a todos de forma equânime, sobretudo quando se trata de estudantes oriundos da zona rural.

Reporto-me então aos agentes administrativos responsáveis pelo transporte estudantil a fim de resolver esse entrave quanto ao meu deslocamento para Cachoeira, ao tempo que tentava entender o que de fato impossibilitava o curso do transporte pela via que também dava acesso à universidade. No entanto, todas as tentativas de solução foram frustradas já que os agentes alegavam que não poderiam alterar toda uma dinâmica estabelecida para atender à necessidade de apenas um aluno da localidade. A opção mais próxima de solução seria que o meu embarque continuasse acontecendo na sede do município e o desembarque ocorresse às margens da BR 101 às 23h30min da noite. Alternativa complexa, pois a distância que teria que percorrer andando até a minha casa era de 2 km, num contexto de crescimento vertiginoso da violência já à época.

Esse repertório de impossibilidades me levou a ponderar inúmeras vezes se de fato valeria a pena o sacrifício de lidar com todos esses obstáculos para continuar minha trajetória de estudante, ao tempo que, apesar de decidir continuar um sentimento de inquietação me tomou, sobretudo por imaginar a quantidade de estudantes que estariam enfrentando as mesmas condições ou condições semelhantes com tamanho descaso, sem a menor perspectiva de mudança. Aqui, já tenho uma reflexão crítica, mesmo que ainda rasa, de que deveria haver alguma política capaz de minimizar os efeitos dessas questões relacionadas à permanência de estudantes de zonas rurais no ensino superior.

Um segundo momento que vale ser ressaltado para pensar no que me impulsionou a amadurecer a ideia desse projeto está intimamente ligado ao próprio curso que estava inserido, à medida que vou me apropriando dos conhecimentos referentes a essas demandas, através de muitas disciplinas que cursei, porém destaco como cruciais nesse processo, Monitoramento e Avaliação de políticas Sociais, onde entendi, baseado na minha experiência enquanto beneficiário da política social, que não havia sido feita uma avaliação que pudesse corrigir possíveis falhas dessa política pública, bem como a disciplina Formulação, Elaboração de Projetos Sociais e Capitação de recursos, onde de fato vislumbrei a possibilidade de elaboração de um projeto que fosse capaz de atender demandas negativas relevantes que acabam atingindo estudantes oriundos de zonas rurais.

Reunindo os elementos anteriormente descritos é que nasce o “Projeto Casa Universitária: Uma nova perspectiva para o avanço de políticas de permanência do Ensino Superior no Município de Conceição da Feira”.

INTRODUÇÃO

O processo de expansão do ensino superior provocou mudanças sociais, políticas e econômicas significativas no contexto educacional brasileiro, trazendo para cena discussões profundas acerca da relevância do acesso à universidade, sobretudo quando se destaca a realidade até então observada de uma forte concentração de cursos universitários somente nas capitais brasileiras, o que gerou por muito tempo um abismo social para aqueles que não conseguiram acessar a esses espaços. Sobre essa perspectiva,

O reconhecimento do papel da universidade como um instrumento de transformação social, desenvolvimento sustentável e inserção no país, de forma competente no cenário internacional, mobilizou os movimentos reivindicatórios de expansão da educação superior pública e gratuita. A elitização do acesso à educação passou a ser fortemente questionada e apontada como uma das formas de exclusão social. Percebeu-se então que a superação dessa situação discriminatória somente ocorreria por meio da ampliação das oportunidades de acesso à educação superior. Em 2001, para dar cumprimento ao disposto na Constituição, foi elaborado o Plano Nacional de Educação-PNE (2001/2010), fixando metas que exigiam um aumento considerável dos investimentos nessa área, além de metas que buscavam a ampliação do número de estudantes atendidos em todos os níveis de educação superior. (BRASIL, 2012, p.9).

No caminho do reconhecimento da importância da Universidade e seu papel transformador na realidade do sujeito que nela está inserido, e na tentativa de democratizar o seu acesso é que a partir de 2003 foram intensificados os investimentos em políticas públicas pelos governos, principalmente o federal, através de programas de incentivo ao acesso e permanência do estudante na universidade, tais como Programa Universidade Para Todos – PROUNI, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, sem esquecer o novo formato que passou a ter o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), que apesar de ter sido criado em 1998, somente a partir de 2004 se popularizou inicialmente com a concessão de bolsas em instituições privadas e mais tarde, a adesão gradual das Universidades públicas a partir do aproveitamento das notas do exame para o ingresso na Instituição de ensino.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de Abril de 2007, em especial, proporcionou importantes mudanças a partir de uma série de investimentos destinados à expansão do acesso ao ensino superior gratuito, bem como a diversificação desse acesso a partir do momento em que grupos sociais que até então estavam excluídos, como aqueles de origem popular, trabalhadores dentre outros, passaram a incorporar esses quadros. Vale ser destacado que este programa também funcionou como mola propulsora para o processo de interiorização das Universidades Federais, Institutos Federais de Ensino. O governo federal à época, adotou uma série de ações que pudessem dar condições para a expansão física, acadêmica e pedagógica na retomada do ensino superior, apesar de ter havido uma diminuição considerável nos investimentos em políticas públicas educacionais a partir de 2016. Todos esses esforços podem ser identificados à medida que são observados os números expressivos da expansão, reverberados na implantação de novas universidades, novos campus e o crescente aumento de alunos matriculados, como apontam os dados abaixo disponibilizados pelo portal do MEC apontam os dados abaixo, disponibilizados pelo portal do MEC

Tabela I- Panorama da expansão universitária

	2002	2014
Universidades Federais	45	63
Campus	148	321
Cursos de graduação presencial	2.047	4.867
Vagas graduação presencial	113.263	245.983
Matrículas graduação presencial	500.459	932.263
Matrículas Educação à distância	11.964	83.605
Matrículas pós-graduação	48.925	203.717

Fonte: Censo/2013- Inep

Para além dos avanços demonstrados a partir da implantação do REUNI e também de outras ações afirmativas, a exemplo da Lei de Cotas nº 12.711/2012, têm-se a partir de então um novo perfil do ensino superior do país, este que historicamente foi ocupado em sua quase totalidade pelas elites e classes médias nacionais, reafirmando assim o seu caráter excludente para com os demais grupos sociais. Para tanto, observa-se que programas como o Reuni juntamente a outras políticas públicas como as de ações afirmativas para o ensino superior foram pensados com o intuito de democratizar a universidade pública, indo na contramão de todo caráter elitista, investindo em metas que tinham em seu bojo a diminuição das desigualdades sociais.

Dados sistematizados em 2018 através da pesquisa realizada pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Estudantis da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais do Ensino Superior (Fonaprace/Andifes) apontam que desde 2014, os graduandos das universidades públicas vêm em sua maioria de escolas públicas (60%) e de famílias com renda até 1,5 salários mínimos por pessoa (70%). Outra mudança identificada pela pesquisa dá conta de que a proporção de brancos nas universidades saiu de 59% em 2003 para 45,7% em 2014, e para 43,3 em 2018, enquanto pretos e pardos somavam 34% em 2003 e passavam a representar 47,6 em 2014 e 51% em 2018.

Há um grande debate a respeito das contradições que acompanham todos esses avanços decorrentes do Reuni, porém destacarei apenas a questão em torno da interiorização das universidades federais, uma vez que diz muito sobre o meu projeto piloto.

Muito se tem discutindo sobre o avanço da interiorização do ensino superior, porém, muitas vezes essas discussões tomam a interiorização como se fosse apenas sobre o acesso de moradores das sede das cidades pequenas sem considerar muitos aspectos que envolvem essa temática, ao tempo que ao longo desse período também pode ser percebido que não houve tempo de se avaliar questões que surgiram dentro desse contexto, a exemplo das dificuldades de acesso e permanência que enfrentam muitos estudantes oriundos das zonas rurais dos municípios, bem como dos municípios localizados no entorno dessas universidades. Nesse sentido vale ressaltar, a grosso modo, que os cenários em torno de questões como o sistema transporte público e

intermunicipal, geralmente se apresentam de maneira precarizada especialmente quando se leva em consideração a situação desses transportes fora da sede do município.

O Ministério da Educação executou programas importantes voltados ao transporte de estudantes, são eles: o Programa Nacional de Transporte Escolar (PNTE) em 1994, o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) em 2004 e o programa Caminho da Escola criado em 2007, todos com o objetivo comum de atender aos estudantes residentes em áreas rurais, porém destinados exclusivamente para a educação básica, não havendo nenhum programa semelhante para o ensino superior. Sendo assim, a maioria dos prefeitos flexibilizam o uso dos transportes que são destinados aos estudantes da educação básica para os estudantes do ensino superior, estes que na maioria das vezes funcionam de maneira ineficiente, comprometendo a mobilidade e segurança dos alunos ali inseridos.

Dentro dessa perspectiva e a partir da minha vivência enquanto estudante do Curso Tecnológico em Gestão Pública da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é que surgem as primeiras reflexões a respeito desse projeto.

DIAGNÓSTICO

A experiência pessoal, apesar de válida, necessitava de uma perspectiva mais abrangente para dar corpo ao projeto proposto. Nesse sentido, seria pertinente a realização de um diagnóstico, considerando sobretudo a sua utilização quando se trata de um potencial instrumento para entender as estruturas sócio-políticas, econômicas e culturais de determinadas problemáticas. Assim, este diagnóstico deve entre outras coisas, promover

“O levantamento detalhado de dados e informações que possam caracterizar as condições de vida dos potenciais beneficiários da intervenção, obtendo-se, assim, uma visão da “situação inicial” dos potenciais beneficiários. É a partir dela que os progressos do projeto serão avaliados no futuro”. (ARMANI, 2009, p. 43)

Diante dessa perspectiva, foi elaborado um questionário com 10 perguntas fechadas e 06 abertas com vistas a levantar dados tanto do perfil dos participantes, quanto na identificação de aspectos voltados aos impactos ou não que a criação de uma casa universitária traria para os estudantes oriundos das zonas rurais do município, formato este descrito por Armani como Diagnóstico Rápido Participativo. Sobre esse diagnóstico o autor sinaliza que,

“É uma experiência participativa de diagnóstico muito útil para o projeto no âmbito local, pelo qual os atores sociais relevantes são envolvidos no processo de forma a provocar uma reflexão sobre a situação, suas experiências e seus interesses, estimulando a capacidade de reflexão e ação autônoma, com condição para que possa tornar-se sujeitos da ação”. (ARMANI, 2009, p.44)

Para tanto, os questionários foram aplicados no período entre julho e agosto de 2022, para dois grupos de estudantes, respeitando as especificidades de cada um deles. O primeiro grupo é composto por estudantes do último ano do ensino médio que residem

na zona rural e o outro grupo, de estudantes do ensino superior, também residentes na zona rural, que utilizam o transporte público municipal para acessar as instituições de ensino superior.

Como o exposto anterior, os primeiros questionários foram aplicados com 13 alunos do último ano do ensino médio da Escola Municipal de Conceição da Feira, ocupando faixa etária entre 17 e 19 anos, sendo 06 do sexo masculino e 07 do sexo feminino, onde 08 se declararam pretos, 03 pardos, 01 amarelo e 01 branco. Ao serem perguntados se pretendiam cursar uma universidade, apenas 01 aluno assinalou a alternativa “NÃO”. Com relação às justificativas apontadas como opção em cursar uma universidade, 06 alunos apontaram a garantia de uma profissão, 04 alunos sonho realizado, 01 aluno qualidade de vida e 01 aluno justificou que era uma forma de atender às demandas de mercado.

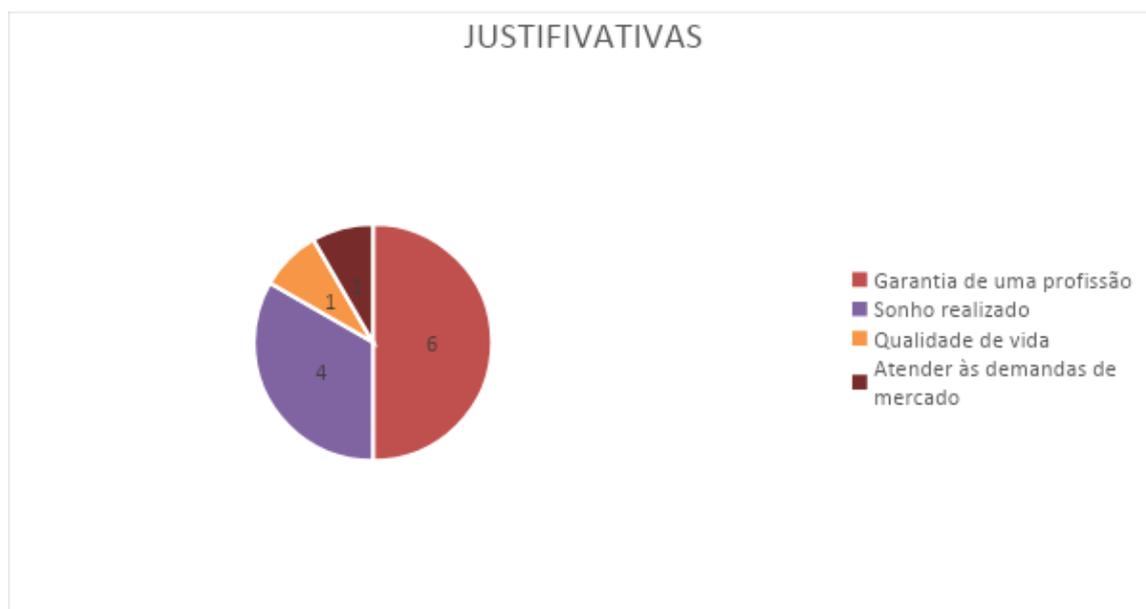


Gráfico 1: Justificativas
Fonte: Da pesquisa (2022)

Sobre a criação de uma Casa Universitária no município, os estudantes foram perguntados se eles acreditavam que uma iniciativa como essa facilitaria o acesso dos estudantes que residem na zona rural às Universidades e 09 estudantes disseram que “SIM” e 03 disseram que “NÃO”. Dentro dessa perspectiva, responderam

espontaneamente sobre quais serviços deveriam estar disponíveis para o melhor funcionamento da casa, sendo o serviço de dormitórios apontados cinco vezes, a alimentação apareceu nove vezes, a segurança quatro e moradia duas vezes, como está descrito no gráfico a seguir:

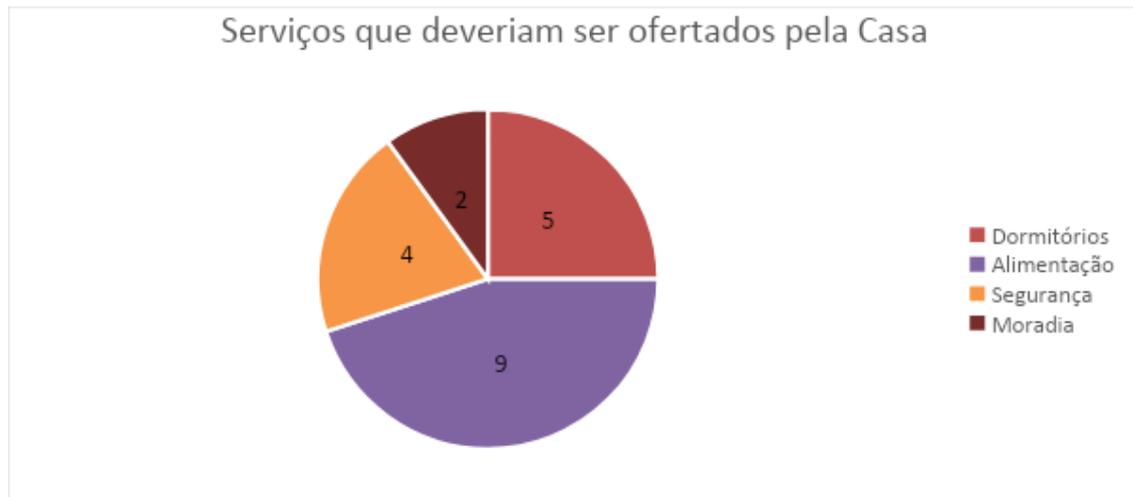


Gráfico 2: Serviços que deveriam ser ofertados na Casa.
Fonte: Da pesquisa (2022)

Sobre de que forma o estudante utilizaria os serviços da casa caso fosse um beneficiário, sete alunos apontaram que seriam morador permanente, cinco alunos disseram que seriam morador flutuante e 01 aluno seria morador ocasional. Vale destacar aqui que o morador flutuante seria aquele que utilizaria a casa apenas para pernoite; o morador permanente seria aquele que utilizaria a casa todos os dias da semana e o morador ocasional seria aquele que utilizaria a casa apenas em momentos específicos.

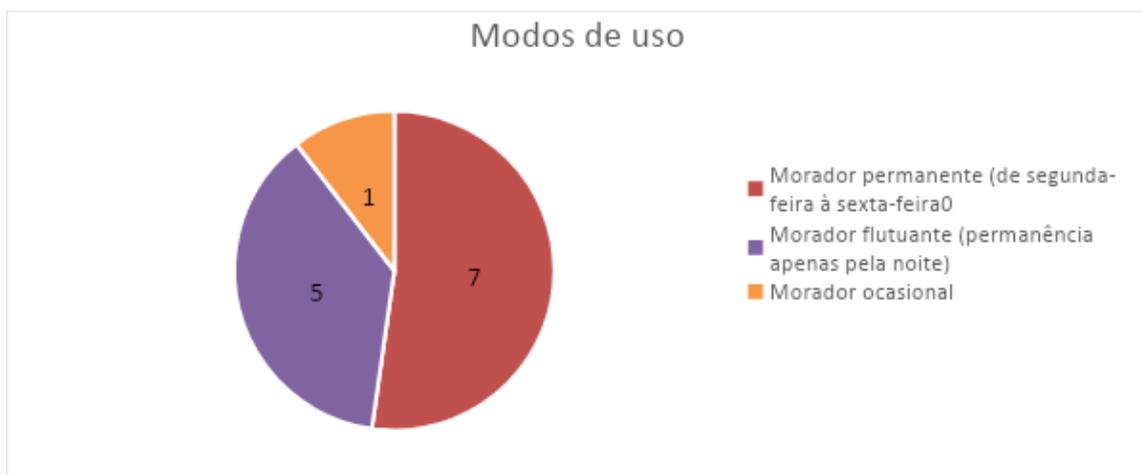


Gráfico 3: Modos de uso
Fonte: Da pesquisa (2022)

Diante das informações coletadas, podemos perceber que os estudantes que estão concluindo o ensino médio consideram que um dos maiores entraves para o acesso ao ensino superior é o fato de residirem na zona rural, pois acreditam que a condição financeira familiar não dá conta de manter os custos que garantam o deslocamento diariamente à cidade. Nesse sentido, consideram que a Casa Universitária facilitaria potencialmente a possibilidade de acesso à universidade.

O outro modelo de questionários foi aplicado com os alunos da zona rural do município de Conceição da Feira que cursam o ensino superior nas cidades circunvizinhas e que precisam se deslocar utilizando o transporte público municipal. Essa aplicação foi mais complexa no sentido de que as visitas ao transporte tiveram que acontecer em dias alternados, na tentativa de encontrar estudantes que atendessem a esse perfil. Numa frequência efetiva de 100% de lotação do transporte, normalmente só tinha 01 ou 02 estudantes da zona rural. Vale notar que esse efetivo de lotação corresponde a um total de 52 assentos, logo, 52 estudantes, e o número de estudantes da zona rural frequentantes corresponde a menos de 1% desse total. Esses números por si só são bastante sintomáticos à medida que indicam o nível de exclusão desse público, realçando também as questões de desigualdades entre estudantes da zona urbana e oriundos da zona rural. Assim, os questionários foram aplicados com 07 estudantes que

ocupam uma faixa etária entre 17 e 24 anos, todas do sexo feminino, onde 04 se declararam pretas e 02 pardas e 01 branca. Ao serem perguntadas sobre o meio de transporte que utilizam para se deslocarem da zona onde residem até a cidade, quatro responderam que fazem uso de transporte particular, uma apontou que utiliza o transporte público e duas estudantes sinalizaram utilizar outros meios de transporte.

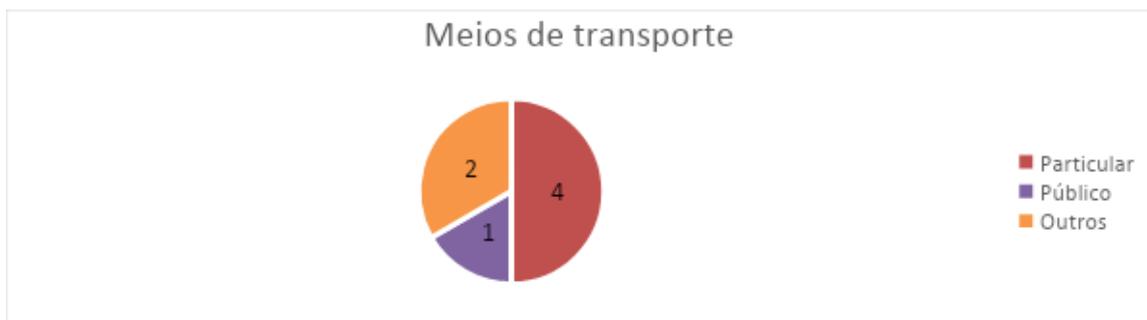


Gráfico 4: Meios de transporte utilizados pelas estudantes
Fonte: Da pesquisa (2022)

Sobre as dificuldades encontradas para realizar o deslocamento para o centro da cidade, três alunas atribuíram essas dificuldades à má qualidade das estradas, duas à falta de transporte público e uma à distância com relação ao centro da cidade.

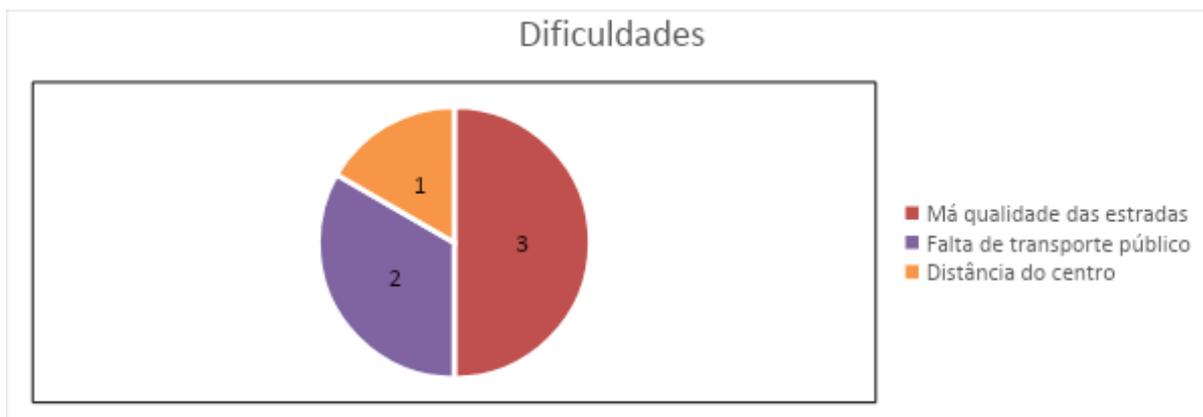


Gráfico 5: Dificuldades para realizar deslocamento do centro para a cidade
Fonte: Da pesquisa (2022)

Todas as estudantes foram unânimes ao responderem com relação aos impactos positivos que a criação de uma Casa Universitária provocaria na vida dos estudantes da zona rural, bem como que em caso de serem beneficiários dessa política, usariam como

morador permanente (de segunda-feira à sexta-feira), e ao serem perguntadas sobre quais serviços deveriam ser ofertados para o melhor funcionamento da casa, os serviços de internet, sala de estudos, alimentação e dormitório apareceram seis vezes cada opção, enquanto o monitoramento e eletrodomésticos apareceram uma vez cada, conforme o gráfico abaixo.



Gráfico 6: Serviços a serem ofertados pela Casa.

Fonte: Da pesquisa (2022)

PROPOSTA DA CASA UNIVERSITÁRIA

Com a diminuição do número de alunos matriculados nas escolas municipais, vários imóveis foram fechados e ocupados por departamentos que podem ser instalados em outros locais sem ônus para o município. Sendo assim, a ideia da criação da Casa Universitária vem como uma alternativa de aproveitamento desses espaços, seguindo a essência do local onde será instalada.

Atualmente, o município dispõe de um prédio localizado na Rua Elpídio Cardoso, no centro da cidade com essas características. Trata-se de um equipamento que funcionou como escola durante muito tempo, e na atualidade funciona como anexo da Secretaria Municipal de Educação, como almoxarifado. Possui 03 salas com cerca de 68 metros quadrados em média cada uma, 02 sanitários, 01 cozinha, 01 área interna com cobertura, com aproximadamente 350 metros quadrados e 01 área externa. Para a implantação da casa nesse imóvel, serão necessárias poucas adequações, uma vez que o mesmo possui uma estrutura física bastante conservada, muito por conta da qualidade dos materiais que foram utilizados na sua construção, a exemplo do piso de alta resistência.

Sobre a adequação dos cômodos, as salas funcionarão como dormitórios, devendo apenas passar um serviço de pintura, limpeza do forro, revisão elétrica e instalação dos mobiliários: 05 beliches, 01 armário roupeiro em aço com 10 divisórias e 02 cadeiras tipo longarina com 03 lugares. Essa mesma disposição será utilizada nos outros dois dormitórios, tendo assim inicialmente a capacidade de atender um total de 30 estudantes.

A área interna será dividida em 03 espaços: sala de convivência, sala de estudo e refeitório. Para otimização do recurso, essa adequação do espaço deverá utilizar divisórias modulares. Trata-se de uma tecnologia muito utilizada nos novos projetos habitacionais por conta do uso de paredes termo acústicas e com alto padrão de durabilidade. Na sala de convivência haverá 01 sofá modulado grande e 01 TV com antena digital. Na sala de estudo, 01 mesa grande com 08 cadeiras, 02 computadores conectados à internet, 02 mesas de computador com cadeira e 01 impressora multifuncional. A sala onde funcionará o refeitório terá 03 mesas para refeitório.

Sobre a dinâmica do funcionamento da casa, esta deve se adequar ao calendário acadêmico das instituições de ensino, levando em consideração que cada instituição possui calendários específicos, não devendo nesses casos o estudante beneficiário do projeto sofrer qualquer tipo de prejuízo aos seus estudos por conta do não funcionamento da casa, salvo em casos extremos que estejam fora do controle do município. Sendo assim, funcionará durante o ano todo, incluindo sábados e domingos, desde que seja necessário, tendo 04 funcionários: dois vigias para o turno da noite e dois porteiros que trabalharão em regime de escala. A limpeza do espaço e a alimentação ficarão a cargo dos estudantes, o que será acordado no ato do credenciamento destes. As demais despesas ficarão a cargo do poder público municipal e das empresas parceiras, empresas essas que optariam em participar do projeto piloto em detrimento da dedução de impostos, através de rateamentos destas despesas.

Para ter acesso a utilização da casa, o estudante deverá realizar inscrição na Secretaria Municipal de Educação, onde será realizada em período posterior a seleção, dos moradores por uma comissão composta por Diretor Administrativo da Secretaria de Educação e Agentes da Secretaria de Ação Social, obedecendo critérios de prioridade pré-estabelecidos, a saber:

- Os estudantes que residirem nas localidades mais distantes do centro da cidade;
- Os estudantes matriculados em instituições públicas de ensino superior;
- Os estudantes que sejam beneficiários de políticas públicas de acesso e permanência ao ensino superior (PROUNI, FIES);
- Análise da renda familiar;
- Não poderão se inscrever estudantes que já possuem o nível superior.

Sobre as regras de permanência na Casa:

- O estudante ficará obrigado a apresentar o comprovante de matrícula a cada semestre e o tempo máximo de permanência na casa vai variar de acordo a cada curso, podendo ser acrescido mais um semestre, caso seja necessário;
- O estudante que descumprir as normas de convivência sofrerá sanções e, em caso de reincidência, poderá perder a vaga;
- O acesso a casa ficará restrito apenas àqueles que foram selecionados pela comissão.

O projeto “Casa Universitária: Uma nova perspectiva para o avanço das políticas públicas de permanência do Ensino Superior no município de Conceição da Feira”, trata-se inicialmente de um projeto piloto para ser implementado no período de 12 meses no município de Conceição da Feira. Logo após esse período, o projeto piloto passará por avaliações em que serão feitos ajustes dos quais será discutida a regulamentação dessa ação assegurando a continuidade do projeto. A proposta da casa visa o aumento gradual do número de vagas conforme o crescimento da demanda.

Mesmo reconhecendo que o município não dispõe de recursos específicos para este tipo de política, os dados que foram coletados para a elaboração deste projeto piloto apontam para a aprovação quase absoluta dos entrevistados e, conseqüentemente essa ação política será bem recebida pela população. Outro aspecto que deve ser levado em consideração para a implementação da casa no município, é que na atualidade o município é responsável pela contratação de um grande número de pessoas, com baixo nível de formação, o que eleva a concorrência dessas pessoas a disputarem pelas vagas ofertadas pelo município. Desse modo promove-se um excesso de despesa na contratação de pessoal, muitas vezes obrigando o gestor a descumprir o teto de gastos.

Por outro lado, apesar de terem suas necessidades atendidas no momento, esse tipo de contratação não garante nenhum vínculo, portanto, nenhuma estabilidade futura.

O investimento do município e das empresas parceiras na implementação do projeto assegurará às pessoas da zona rural, a diminuição das disparidades existentes com relação as pessoas que residem na sede e, conseqüentemente disponibilizará um repertório de possibilidades com o aumento de mão de obra qualificada, diminuindo assim a responsabilidade do gestor pela manutenção desses “empregos”. Ao tempo que, a implementação dessa política exigirá também o fomento da demanda de produtos e serviços que muitas vezes não são ofertados no município.

Portanto, a implementação do projeto “Casa Universitária: Uma nova perspectiva para o avanço das políticas públicas de permanência do Ensino Superior no município de Conceição da Feira”, exhibe sua viabilidade à medida em que apresenta um custo-benefício significativo não só para a comunidade estudantil da zona rural, mas também para as comunidades rurais em que esses sujeitos estão inseridos, para as empresas, e conseqüentemente, para o município, benefícios esses que aliam tanto um ganho cultural, econômico e social.

4. MARCO LÓGICO

DESCRIÇÃO SUMÁRIA	INDICADORES	MEIOS DE VERIFICAÇÃO	PERIODICIDADE DOS MEIOS DE VERIFICAÇÃO
OBJETIVO GERAL 1.Facilitar o acesso e permanência dos estudantes do ensino superior oriundos das zonas rurais do município de Conceição da Feira.	1.1-Aumento do número de pessoas residentes na zona rural matriculadas em instituições de ensino superior; 1.2-Ampliação de opções no mercado de trabalho para egressos do ensino superior	Pesquisa de acompanhamento dos ingressos; Relatório de acompanhamento dos participantes inseridos no mercado de trabalho;	Semestralmente; Semestralmente;

<p>OBJETIVOS ESPECÍFICOS 1- Ofertar inicialmente, 30 vagas na casa universitária para os alunos residentes da zona rural do município de Conceição da Feira.</p>	<p>1.1-Diminuição dos índices de evasão dos alunos da zona rural no ensino superior;</p>	<p>Pesquisa com os estudantes amparados pela casa universitária</p>	<p>Semestralmente</p>
<p>2- Solicitar dos poderes públicos empresas parceiras sobre a viabilidade de ofertas de estágios remunerados para os estudantes de acordo com suas áreas de estudo</p>	<p>2.1- Aumento no percentual de estagiários remunerados no município; 2.2- Opinião dos parceiros sobre o aproveitamento da mão de obra qualificada.</p>	<p>Relatórios emitidos pelas empresas parceiras; Registro de reuniões com os parceiros</p>	<p>Anualmente Semestralmente</p>
<p>3- Informar à comunidade estudantil quais políticas públicas estão disponíveis para a inserção de estudantes no ensino superior</p>	<p>3.1- Aumento do interesse dos jovens das zonas rurais em acessar o ensino superior; 3.2- Aumento de pessoas utilizando as políticas públicas de acesso e permanência no ensino superior.</p>	<p>Consulta regular às escolas; Levantamento realizado pela secretaria de educação/ prefeitura</p>	<p>Anualmente Semestralmente</p>

<p>RESULTADOS</p> <p>1-Que os estudantes amparados por essa política pública tenham uma rotina compatível com a dos estudantes residentes na zona urbana, e assim consigam desempenhar seus fazeres acadêmicos de forma equânime.</p>	<p>1.1- Índices acadêmicos dos estudantes acima da média;</p>	<p>Fichas de acompanhamento individual;</p>	<p>Semestralmente</p>
<p>2- Os estudantes amparados pela parceria entre o poder público e as empresas privadas terão as primeiras experiências práticas na área que cada um está inserido.</p>	<p>2.1- Aumento do índice de contratação após o período de estágio.</p>	<p>Pesquisa de campo</p>	<p>Anualmente</p>

<p>3- Os estudantes participantes se conscientizem da existência de inúmeras políticas capazes de assegurar a inserção e permanência de estudante no ensino superior.</p>	<p>3.1- Aumento da participação dos estudantes nas discussões sobre o grau de alcance das políticas públicas direcionadas ao homem do campo.</p>	<p>Listas de presença</p>	<p>Semestralmente</p>
---	--	---------------------------	-----------------------

5. CRONOGRAMA

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	AÇÕES	ÊS 1	ÊS 2	ÊS 3	ÊS 4	ÊS 5	ÊS 6	ÊS 7	ÊS 8	ÊS 9	ÊS 0	ÊS 1	ÊS 2
<p>1-Ofertar, inicialmente, 30 vagas na Casa Universitária para alunos residentes da zona rural do município de Conceição da Feira.</p>	<p>Reforma do imóvel onde funcionará a casa universitária.</p>												
	<p>Aquisição de mobiliário, eletrodomésticos, computadores e instalação de serviço de internet</p>												
	<p>Abertura de inscrições e seleção dos estudantes</p>												

	Reuniões bimestrais para possíveis ajustes no funcionamento e na manutenção da casa												
2-Solicitar dos poderes públicos e empresas parceiras ações que viabilizem ofertas de estágios remunerados para estudantes de acordo com sua área de estudo.	Montar cadastro com todas as empresas sediadas no município.												
	Firmar convênios com empresas parceiras e órgãos públicos que estejam dispostos a oferecer vagas de estágio												
	Reuniões com entidades públicas e parceiros da iniciativa privada para fomento de ações voltadas para os beneficiários da casa												
	Criar e manter site de cadastro de estudantes												

	para divulgação de ofertas a empresas parceiras												
3-Informar à comunidade estudantil quais políticas públicas estão disponíveis para a inserção de estudantes no ensino superior.	Atividade trimestral com estudantes beneficiados por políticas públicas e estudantes do ensino médio												
	Criar e manter site de apoio a estudantes beneficiados por políticas públicas												

ORÇAMENTO

DESCRIÇÃO	VALOR
Instalação elétrica, pintura, limpeza de forro,	O município dispõe desses serviços
Divisórias	O município dispõe desse equipamento

REFORMA

TV	1.999,00
Computador	3.598,00
Impressora multifuncional	1.151,00
Fogão industrial	1.069,00
Geladeira	2.649,90
Microondas	409,00
Liquidificador	177,00
Utensílios domésticos	436,00

VALOR TOTAL: R\$ 11.488,90

MOBILIÁRIO

Sofá	1.500,00
Beliches com colchão	12.187,35
Mesa com 08 cadeiras	2.069,00
Mesas de computador	610,00
Mesa de refeitório	4.785,90
Ar condicionado	1.471,55
Longarina	1.731,24
Armário roupeiro	4.649,94

Valor total:

R\$ 29.004,98

Despesas com pessoal/ valor anual

Monitores	31.200,00
Vigilantes	39.000,00

Valor total:**70.200,00**

VALOR TOTAL DO ORÇAMENTO: R\$ 110.693,88

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARMANI, Domingos. *Como elaborar projeto? Guia prático para elaboração e projetos sociais*. Porto Alegre, Tomo Editorial, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação. *Plano Nacional de Educação 2011-2020*. Disponível em: <http://mec.gov.br>. Acesso em 30/09/2022.

REVISTA EDUCAÇÃO, *Discutindo as políticas públicas de acesso ao ensino superior*, V 10, nº1, 2015.

BRASIL, *Censo de Educação Superior 2013: resumo técnico*, Brasília: Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2015.

BRASIL, *Decreto nº6.096, de 24 de abril de 2007*. Programa de Apoio a planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. REUNI

www.fenaprace.andifes.org.br. Acesso em 17/10/2022

***A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014*. www.portal.mec.gov.br. Acesso em 17/10/2022**